

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.890 - MG (2020/0007151-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : VANESSA DOS SANTOS GOULART (PRESO)
OUTRO NOME : VANESSA DOS SANTOS GOULART FARIA (PRESO)
AGRAVANTE : MARLI CRISTINA TEIXEIRA SANTOS
ADVOGADOS : JOÃO SIDNEI DIAS - SP321940
HUMBERTO LUIS CUNHA FERREIRA DA ROCHA E
OUTRO(S) - MG127847
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VANESSA DOS SANTOS GOULART e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de VANESSA DOS SANTOS GOULART e OUTROS, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 19/06/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 08/07/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como o art. 798 do Código de Processo Penal.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente